



DIÁRIO OFICIAL DE BAYEUX - PB

Criado pela Lei Municipal nº 296/79, de 18-12-79, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, do dia 25-12-79

ANO 44 - Nº 100

BAYEUX, 31 DE JULHO DE 2023

www.bayeux.pb.gov.br

DECRETO



DECRETO MUNICIPAL Nº 352/2023 DE 26 DE JULHO DE 2023.

Regulamenta em âmbito municipal a lei federal complementar de nº 195, de 08 de julho de 2023, regida pelo decreto federal de nº 11.525, de 11 de maio de 2023, que dispõe sobre as ações destinadas ao setor cultural para instituir o comitê de trabalho da referida lei.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BAYEUX - PB, Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela lei orgânica do município, amparada pelas ações destinadas ao setor cultural em face da Lei Federal Complementar de nº 195, de 08 de julho de 2023, regulamentada pelo Decreto federal de nº 11.525, de 11 de Maio de 2023.

DECRETA:

Art. 1º. O Poder Executivo do Município de Bayeux - PB, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude, executará diretamente os recursos solicitados ao Ministério da Cultura através da Lei Federal de nº 195 (Lei Paulo Gustavo), mediante ações previstas e enumeradas na referida lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude, com auxílio da comissão que trata o Art. 2º deste decreto e das Se, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para o recebimento direto do valor integral a ser destinado ao município.

Art. 2º. Fica criada a comissão de acompanhamento e fiscalização da Lei Paulo Gustavo, com as seguintes atribuições:

I – Realizar as tratativas necessárias com os órgãos públicos do Município de Bayeux – PB responsáveis pela execução dos recursos;

II – Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do município de Bayeux – PB, para a distribuição dos recursos através de fomento nas ações previstas na Lei Federal Complementar de nº 195, de 08 de Julho de 2023, em observância ao Art. 3º deste decreto;

III – Acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do Art. 1º deste decreto;

IV – Acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o município de Bayeux - PB;

V – Fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

VI – Auxiliar o Poder Público Municipal no que diz respeito à elaboração do relatório de prestação de contas, e também no que concerne a execução dos recursos no âmbito do município de Bayeux - PB.

Art. 3º. A comissão de que se trata este decreto será composta por 7 (sete) membros, pelos seguintes integrantes:

I – 01 (um) Representante da Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude, que presidirá e 01 (um) Representante da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, que será o vice;

-ANTÔNIO DE ALMEIDA TOURINHO FILHO (Presidente)
- ALISSON DE SOUZA VIEIRA (Vice-Presidente)

II – 01 (um) Representante do Setor Jurídico;
- ERIC KENNEDY DO NASCIMENTO SILVA

III –01 (um) Representante do Gabinete da Prefeitura;
- LIZIANNE SOARES LINS JORGE DOS SANTOS

IV – 03 (três) Representantes dos segmentos artísticos culturais do Município de Bayeux – PB.

V
- MARIA SOLANGE DE ARAUJO
- RAFAELA RYANY DA COSTA SANTOS
- GIOVANNI GOMES DA SILVA VAZ

Art. 4º. É assegurada a participação da sociedade civil no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo, podendo exercer esse direito através de solicitação à Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude.

Art. 5º. A Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude poderão expedir normas para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Federal de nº 195 de 08 de Julho de 2023.

Art. 6º. Revogadas as disposições contrárias, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Por se tratar de atividade de extrema relevância para o serviço público, fica estabelecido que as atividades desenvolvidas pelos membros indicados no referido decreto não receberão remuneração do poder público municipal pelas ações que serão desenvolvidas, assim como não há nenhuma forma de vínculo empregatício de todos os membros com o Poder Público do Município de Bayeux – PB.

Gabinete da Prefeita do Município de Bayeux, em 26 de Julho de 2023.

LUCIENE
ANDRADE
GOMES
MARTINHO;05
747276476

Assinado de forma digital por LUCIENE ANDRADE GOMES MARTINHO;05747276476
Dados: 2023.07.26 15:56:49 -03'00'

LUCIENE ANDRADE GOMES MARTINHO
Prefeita Constitucional do Município de Bayeux

CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIROS TUTELARES –
QUADRIÊNIO 2024/2027

AVALIAÇÃO

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DA IDENTIDADE: _____

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

Leia atentamente e cumpra, rigorosamente, as orientações que se seguem, uma vez que são parte integrante da presente avaliação e das normas que regem este processo seletivo.

1. DATA DA AVALIAÇÃO: 30 de julho de 2023.
2. HORÁRIO DA AVALIAÇÃO: Das 13h:00min às 17h:00min (Os portões serão fechados a partir das 12h:45min).
3. LOCAL DA AVALIAÇÃO: Escola Edgar Seager.
4. Verifique se esta avaliação contém 25 (vinte e cinco) questões objetivas e uma subjetiva. Caso contrário, solicite a um dos fiscais da sala a sua pronta substituição.
5. A interpretação das orientações e das questões é parte integrante da presente avaliação.
6. Cada questão objetiva oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D, E, sendo apenas 1 (uma) resposta correta.
7. A avaliação deverá ser devolvida após a conclusão. O (a) candidato (a) poderá anotar suas respostas no rascunho na última página e levar consigo.
8. A cada questão objetiva será atribuído o valor de 0,32, totalizando 8 (oito) pontos dessa parte, mais 2 (dois) pontos da parte subjetiva.
9. A alternativa escolhida pelo (a) candidato (a) deverá ser circulada com caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
10. Não serão consideradas alternativas assinaladas com lápis grafite ou rasuradas.
11. Não será permitido o uso de aparelhos celulares ou eletrônicos, de qualquer natureza, durante a realização da avaliação, nem os deixar sobre a carteira.

QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÃO 1: Em relação às disposições preliminares do **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, é correto afirmar que, exceto:

- (A) Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
- (B) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (C) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- (D) É dever apenas do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- (E) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

QUESTÃO 2: Quanto aos direitos fundamentais da Criança e do Adolescente é correto afirmar que:

- (A) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- (B) Não é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- (C) O Poder Público, as instituições e os empregadores não têm a obrigação de propiciar condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- (D) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, não são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;
- (E) É assegurado apenas acesso parcial às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

QUESTÃO 3: Sabe-se que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaças ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, pode-se afirmar que, exceto:

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes.
- (B) As famílias com crianças e adolescentes com deficiência não terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.
- (C) As entidades, públicas e privadas, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.
- (D) A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- (E) A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos da Lei.

QUESTÃO 4: É proibida a venda à criança ou ao adolescente de, exceto:

- (A) armas, munições e explosivos;
- (B) bebidas alcoólicas;
- (C) produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;
- (D) fogos de estampido e de artifício que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;
- (E) bilhetes lotéricos e equivalentes.

QUESTÃO 5: A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Nesse sentido, são linhas de ação da política de atendimento:

- (A) serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.
- (B) serviços gerais de prevenção e atendimento médico e psicossocial.
- (C) serviço não relacionado à identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.
- (D) proteção jurídico-social por entidades de qualquer natureza.
- (E) políticas e programas que não sejam destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes.

QUESTÃO 6: São diretrizes da política de atendimento, exceto:

- (A) municipalização do atendimento;
- (B) criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das

ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.

- (C) criação e manutenção de programas gerais, observada a centralização político-administrativa.
- (D) manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;
- (E) integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a quem se atribua autoria de ato infracional.

QUESTÃO 7: Sabe-se que nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Nesse sentido, são asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias, exceto:

- (A) pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.
- (B) desigualdade na relação processual, não podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e nem produzir todas as provas necessárias à sua defesa.
- (C) defesa técnica por advogado.
- (D) assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.
- (E) direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

QUESTÃO 8: Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, exceto:

- (A) obrigação de reparar o dano.
- (B) prestação de serviços à comunidade.
- (C) Liberdade desassistida.
- (D) inserção em regime de semiliberdade.
- (E) internação em estabelecimento educacional.

QUESTÃO 9: São medidas aplicáveis aos pais ou responsável, exceto:

- (A) encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família.
- (B) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (C) encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- (D) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.
- (E) desobrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

QUESTÃO 10: São atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

- (A) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- (B) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- (C) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- (D) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (E) promover e incentivar, exclusivamente nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

QUESTÃO 11: As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência. As ações observarão as seguintes diretrizes, exceto:

- (A) abrangência e integralidade, devendo comportar avaliação e atenção de todas as necessidades da vítima decorrentes da ofensa sofrida.
- (B) capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais.
- (C) estabelecimento de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento.
- (D) planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento, respeitadas as especificidades da vítima ou testemunha e de suas famílias.
- (E) celeridade do atendimento, que não precisa ser realizado imediatamente - ou tão logo quanto possível - após a revelação da violência.

QUESTÃO 12: De acordo com a Lei Municipal de Bayeux nº 1722/2023, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), exceto:

- (A) Estabelecer políticas públicas municipais que garantam os direitos da criança e do adolescente previstos em lei.
- (B) Participar da elaboração da proposta orçamentária destinada à execução das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, inclusive a que se refere aos Conselhos Tutelares.
- (C) Captar recursos sem gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sem definir o percentual de utilização de seus recursos.
- (D) Elaborar o seu Regimento Interno.
- (E) Receber, analisar e encaminhar denúncias ou propostas para melhor encaminhamento da defesa da criança e do adolescente.

QUESTÃO 13: Segundo a Lei Municipal de Bayeux nº 1722/2023, são deveres dos membros do Conselho Tutelar, exceto:

- (A) Manter conduta pública e particular ilibada.
- (B) Desconsiderar os fundamentos dos seus pronunciamentos administrativos, sem submeter sua manifestação à deliberação do colegiado.
- (C) Desempenhar as suas funções com zelo, presteza e dedicação.
- (D) Residir no município;

(E) Atender aos interessados, em qualquer momento, nos casos urgentes.

QUESTÃO 14: É permitido aos membros do Conselho Tutelar:

- (A) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza.
- (B) Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária.
- (C) Opor resistência injustificada ao andamento do serviço.
- (D) Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja da sua responsabilidade.
- (E) Cumprir os deveres funcionais previstos na Lei Municipal de Bayeux nº 1722/2023.

QUESTÃO 15: Quanto às decisões do Conselho Tutelar do Município de Bayeux, é incorreto afirmar:

- (A) Nem todas as decisões serão tomadas pelo seu Colegiado;
- (B) As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas aos Colegiados no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou ratificação.
- (C) As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, por meio de documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- (D) Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar e nos órgãos públicos da referida região.
- (E) É garantido ao Ministério Público e à autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.

QUESTÕES – LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 16:

Leia o texto para responder à questão seguinte:

O labirinto dos manuais

Há alguns meses troquei meu celular. Um modelo lindo, pequeno, prático. Segundo a vendedora, era capaz de tudo e mais um pouco. Fotografava, fazia vídeos, recebia e-mails e até servia para telefonar. Abri o manual, entusiasmadíssimo. Agora eu aprendo, decidi, folheando as 49 páginas. Já na primeira, tentei executar as funções. Duas horas depois, eu estava prestes a roer o aparelho. O manual tentava prever todas as possibilidades. Virou um labirinto de instruções!

Na semana seguinte, tentei baixar o som da campainha. Só aumentava. Buscava o vibracall, não achava. Era só alguém me chamar e todo mundo em torno saía correndo, pensando que era o alarme de incêndio! Quem me salvou foi um motorista de táxi.

– Manual só confunde - disse didaticamente. - Dá uma de curioso.

Insisti e finalmente descobri que estava no vibracall há meses! O único problema é que agora não consigo botar a campainha de volta!

Atualmente, estou de computador novo. Fiz o que toda pessoa minuciosa faria. Comprei um livro. Na capa, a promessa: "Rápido e fácil" - um guia prático, simples e colorido! Resolvi: "Vou seguir cada instrução, página por página. Do que adianta ter um supercomputador se não sei usá-lo?". Quando cheguei à página 20, minha cabeça latejava. O livro tem 342! Cada vez que olho, dá vontade de chorar! Não seria melhor gastar o tempo lendo Guerra e Paz?"

Tudo foi criado para simplificar. Mas até o microrondas ficou difícil. A não ser que eu queira fazer pipoca, que possui sua tecla própria. Mas não posso me alimentar só de pipoca! Ainda se emagrecesse... E o fax com secretária eletrônica? O anterior era simples. Eu apertava um botão e apagava as mensagens. O atual exige que eu toque em um, depois em outro para confirmar, e de novo no primeiro! Outro dia, a luzinha estava piscando. Tentei ouvir a mensagem. A secretária disparou todas as mensagens, desde o início do ano!

Eu sei que para a garotada que está aí tudo parece muito simples. Mas o mundo é para todos, não é? Talvez alguém dê aulas para entender manuais! Ou o jeito seria aprender só aquilo de que tenho realmente necessidade, e não usar todas as funções. É o que a maioria das pessoas acaba fazendo!

(Walcyr Carrasco, Veja SP, 19.09.2007. Adaptado)

* Livro do escritor russo Liev Tolstói. Com mais de mil páginas e centenas de personagens, é considerada uma das maiores obras da história da literatura.

Pelos comentários feitos pelo narrador, pode-se concluir corretamente que

- (A) a leitura de obras-primas da literatura é atividade mais produtiva do que utilizar celulares e computadores.
- (B) os manuais cujas diversas instruções os usuários não conseguem compreender e pôr em prática são improdutivos.
- (C) a vendedora foi convincente, pois o narrador comprou o celular, embora duvidasse das qualidades prometidas pelo aparelho.
- (D) o manual sobre computadores, ao contrário de outros do gênero, cumpria a promessa assumida nos dizeres impressos na capa.
- (E) os jovens deveriam ensinar computação aos mais velhos, pois, dessa forma, estes últimos entenderiam as funções básicas do equipamento.

QUESTÃO 17:

A vida dá voltas

Sou um tipo meio fatalista. Acho que a vida dá voltas. Um amigo meu, Luís, casou-se com Cláudia, uma mulher egoísta. Ele era filho único, de mãe separada e sem pensão. Durante algum tempo, a mãe de Luís foi sustentada pelo próprio tio, um solteirão. Quando este faleceu, começaram as brigas domésticas: Cláudia não admitia que Luís desse dinheiro à mãe. Ele era um rapaz de classe média. Por algum tempo, arrumou trabalhos extras para ajudar a idosa.

Convencido pela esposa, ele mudou-se para longe. Visitava a mãe uma vez por ano. Para se livrar da questão financeira, Luís convenceu a mãe a vender o apartamento. Durante alguns anos, ela viveu desse dinheiro. Muitas vezes, lamentava a falta do filho, mas o que fazer? Luís, sempre tão ocupado, viajando pelo mundo todo, não tinha tempo disponível. Na casa da mãe, faltou até o essencial. E ela faleceu sozinha.

O tempo passou. Hoje, Luís, antes um profissional disputado, está desempregado. Foi obrigado a se instalar com a família na casa dos sogros, onde é atormentado diariamente. A filha de Luís e Cláudia cresceu e saiu de casa. Quer seguir seu próprio rumo!

Luís não tem renda, nem bens. Está quase se divorciando. Ficou fora do mercado de trabalho. O que vai acontecer? A filha cuidará dele? Tenho dúvidas, porque ele não a ensinou com seu próprio exemplo.

A vida é um eterno ciclo afetivo. Em uma época todos nós somos filhos. Em outra, tornamo-nos pais: é a nossa vez de cuidar de quem cuidou de nós.

(Walcyr Carrasco. <http://vejasp.abril.com.br>. Acesso em 30.12.2013. Adaptado)

Considerando o último parágrafo do texto, pode-se afirmar que a relação entre pais e filhos deve ser baseada

- (A) no medo.
- (B) na persistência.
- (C) na expectativa.
- (D) na esperança.
- (E) na troca.

QUESTÃO 18:

Adolescentes: mais altos, gordos e preguiçosos

A oferta de produtos industrializados e a falta de tempo têm sua parcela de responsabilidade no aumento da silhueta dos jovens. "Os nossos hábitos alimentares, de modo geral, mudaram muito", observa Vivian Ellinger, presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), no Rio de Janeiro. Pesquisas mostram que, aqui no Brasil, estamos exagerando no sal e no açúcar, além de tomar pouco leite e comer menos frutas e feijão.

Outro pecado, velho conhecido de quem exibe excesso de gordura por causa da gula, surge como marca da nova geração: a preguiça. "Cem por cento das meninas que participam do Programa não praticavam nenhum esporte", revela a psicóloga Cristina Freire, que monitora o desenvolvimento emocional das voluntárias.

Você provavelmente já sabe quais são as consequências de uma rotina sedentária e cheia de gordura. "E não é novidade que os obesos têm uma sobrevida menor", acredita Claudia Cozer, endocrinologista da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Mas, se há cinco anos os estudos projetavam um futuro sombrio para os jovens, no cenário atual as doenças que viriam na velhice já são parte da rotina deles. "Os adolescentes já estão sofrendo com hipertensão e diabetes", exemplifica Claudia.

DESGUALDO, P. Revista Saúde. Disponível em: <http://saude.abril.com.br>. Acesso em: 28 jul. 2012 (adaptado).

Sobre a relação entre os hábitos da população adolescente e as suas condições de saúde, as informações apresentadas no texto indicam que

- (A) a falta de atividade física somada a uma alimentação nutricionalmente desequilibrada constituem fatores relacionados ao aparecimento de doenças crônicas entre os adolescentes.
- (B) a diminuição do consumo de alimentos fontes de carboidratos combinada com um maior consumo de alimentos ricos em proteínas contribuíram para o aumento da obesidade entre os adolescentes.
- (C) a maior participação dos alimentos industrializados e gordurosos na dieta da população adolescente tem tornado escasso o consumo de sais e açúcares, o que prejudica o equilíbrio metabólico.
- (D) a ocorrência de casos de hipertensão e diabetes entre os adolescentes advém das condições de alimentação, enquanto que na população adulta os fatores hereditários são preponderantes.
- (E) a prática regular de atividade física é um importante fator de controle da diabetes entre a população adolescente, por provocar um constante aumento da pressão arterial sistólica.

QUESTÃO 19:

De vez em quando, nas redes sociais, a gente se pega compartilhando notícias falsas, fotos modificadas, boatos de todo tipo. O problema é quando a matéria é falsa. E, pior ainda, se é uma matéria falsa que não foi criada por motivos humorísticos ou literários (sim, considero o "jornalismo ficcional" uma interessante forma de literatura), mas para prejudicar a imagem de algum partido ou de algum político, não importa de que posição ou tendência. Inventa-se uma arbitrariedade ou falcatrua, joga-se nas redes sociais e aguarda-se o resultado. Nesse caso, a multiplicação da notícia falsa (que está sempre sujeita a ser denunciada juridicamente como injúria, calúnia ou difamação) se dá em várias direções. Antes de curtir, comentar ou compartilhar, procuro checar as fontes, ir aos links originais. TAVARES, B. Disponível em: www.cartafundamental.com.br. Acesso em: 20 jan. 2015 (adaptado).

O texto expõe a preocupação de uma leitora de notícias on-line de que o compartilhamento de conteúdos falsos pode ter como consequência a

- (A) displicência natural das pessoas que navegam pela internet.
- (B) desconstrução das relações entre jornalismo e literatura.
- (C) impossibilidade de identificação da origem dos textos.
- (D) disseminação de ações criminosas na internet.
- (E) obtenção de maior popularidade nas redes.

QUESTÃO 20:

Enquanto fugia de caçadores, uma raposa viu um lenhador e lhe pediu que a escondesse. Ele sugeriu que ela entrasse em sua cabana e se ocultasse lá dentro.

Não muito tempo depois, vieram os caçadores e perguntaram ao lenhador se ele tinha visto uma raposa passar por ali. Em voz alta ele negou tê-la visto, mas com a mão fez gestos indicando onde ela estava escondida.

Entretanto, como eles não prestaram atenção nos seus gestos, deram crédito às suas palavras. Ao constatar que eles já estavam longe, a raposa saiu em silêncio e foi indo embora. E o lenhador se pôs a repreendê-la, pois ela, salva por ele, não lhe dera nem uma palavra de gratidão. A raposa respondeu: "Mas eu seria grata, se os gestos de sua mão fossem condizentes com suas palavras.]"

(Fábulas completas, 2013.)

A moral mais apropriada para fechar a fábula seria:

- (A) esta fábula pode ser dita a propósito de homens desventurados que, quando estão em situações embaraçosas, rezam para encontrar uma saída, mas assim que encontram procuram evitá-las.
 (B) desta fábula pode servir-se uma pessoa a propósito daqueles homens que nitidamente proclamam ações nobres, mas na prática realizam atos vis.
 (C) esta fábula mostra que os homens desatentos prestam atenção nas coisas de que esperam tirar proveito, mas permanecem apáticos em relação àquelas que não lhes agradam.
 (D) assim, alguns homens se entregam a tarefas arriscadas, na esperança de obter ganhos, mas se arruinam antes mesmo de chegar perto do que almejam.
 (E) desta fábula pode servir-se uma pessoa a propósito de um homem frouxo que reclama de infimas desgraças, enquanto ela própria suporta, sem dificuldade, desgraças enormes.

QUESTÕES – INFORMÁTICA BÁSICA

QUESTÃO 21: Considere os periféricos a seguir.

- I. Impressora
- II. Monitor
- III. Teclado
- IV. Mouse
- V. Caixa de som

Das alternativas, quais são periféricos de SAÍDA?

- (A) I, II e V.
 (B) I, IV e V.
 (C) III, IV e V.
 (D) II, III e IV.
 (E) I, II e III

QUESTÃO 22: Para criar uma senha forte no seu aplicativo de correio eletrônico, algumas recomendações devem ser adotadas na composição da senha, EXCETO:

- (A) utilizar pelo menos oito caracteres.
 (B) não usar seu nome de usuário, nome verdadeiro ou o nome da sua empresa.

- (C) não usar palavras completas.
 (D) usar uma senha muito diferente das senhas anteriores e não usar a mesma senha para todas as suas contas.
 (E) evitar combinação de letras maiúsculas e minúsculas, números e símbolos como, por exemplo, I, #, *.

QUESTÃO 23: O Microsoft Office Word oferece mais de uma opção de exibição de um documento, a qual deve ser selecionada de acordo com o objetivo do uso da ferramenta. Caso a intenção seja basicamente para a leitura de um documento, a opção mais indicada é aquela que oculta a maioria das barras de ferramentas e exibe mais de uma página por vez. Qual o nome dessa opção?

- (A) Normal.
 (B) Layout da Web.
 (C) Layout de Impressão.
 (D) Estrutura de Tópicos.
 (E) Layout de Leitura.

QUESTÃO 24: Com relação às ferramentas de busca na Internet, assinale a opção correta.

- (A) O Google é uma ferramenta de busca para acesso a páginas indexadas pelo sítio Wikipedia em qualquer idioma.
 (B) As ferramentas de busca disponíveis na Internet evoluíram para permitir o acesso aos arquivos armazenados em máquinas pessoais de todos os usuários que estejam, no momento da busca, conectados à rede.
 (C) As opções avançadas de busca do Google permitem a combinação de diversas palavras para formar um nome, seja com todas as palavras informadas no campo de busca, seja com qualquer uma das palavras ou até sem uma palavra específica que se deseja utilizar para filtrar a pesquisa.
 (D) O Mozilla é uma ferramenta de busca avançada na Internet que oferece acesso a páginas que não são apresentadas pelo Google.
 (E) Na opção de páginas em português do Google, o usuário poderá ter acesso apenas a conteúdos disponíveis no domínio .pt, de Portugal.

QUESTÃO 25: A respeito de aplicativos do ambiente Microsoft Office, assinale a opção correta:

- (A) As barras de ferramentas de formatação dos aplicativos do Microsoft Office podem ser personalizadas livremente pelo usuário, conforme a necessidade de disposição e de acesso a recursos mais utilizados.
 (B) No Microsoft Word, para se criar uma nova coluna em uma tabela existente em um documento em edição, deve-se selecionar a linha ao lado da qual ela será posicionada na nova tabela e clicar a opção Inserir coluna.
 (C) O menu Arquivo do Word 2003 contém as opções de exibição do documento em layouts diversos, como o normal, da Web e de impressão.
 (D) A formatação de margens de páginas, tabelas e textos só pode ser feita diretamente a partir da régua horizontal presente no topo da janela do Word, abaixo do menu de opções.

(E) recurso Desfazer ações é utilizado para se desfazer uma digitação ou edição do documento e, uma vez que ele seja ativado, não é possível retornar à opção anterior.

QUESTÃO SUBJETIVA: ESTUDO DE CASO

João, 12 anos, em Curitiba, furtou a mãe, com quem morava e fugiu de sua casa. O pai é falecido. Desacompanhado, hospedou-se num hotel e, de ônibus, viajou para Porto Alegre, onde vive sua avó paterna. Um conselheiro tutelar de Porto Alegre, comunicado do caso, aplicou-lhe advertência pelo furto e expediu termo de guarda e responsabilidade em favor da avó. Três anos depois, como a genitora nunca visitou o filho, a avó ajuizou em face dela pedido de suspensão do poder familiar com adoção. Dirigiu o pedido à Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre, tendo o magistrado remetido os autos para Vara da Família de Curitiba.

Assinale, justificando e explicando, pelo menos 3 (três) desconformidades do caso com o que vem disposto no **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA).

Célia Domiciano Dantas Montenegro
 Presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha dos
 Membros do Conselho Tutelar Bayeux/PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIROS TUTELARES –
QUADRIÊNIO 2024/2027

AVALIAÇÃO – GABARITO DAS PROVAS

QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
1	D
2	A
3	B
4	D
5	E
6	C
7	B
8	C
9	E
10	E
11	E
12	C
13	B
14	E
15	A
16	B
17	E
18	A
19	D
20	B

QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
21	A
22	E
23	E
24	C
25	A

QUESTÃO SUBJETIVA – ESTUDO DE CASO**RESPOSTAS POSSÍVEIS:**

A primeira desconformidade está no fato de que João hospedou-se em desacordo com o ECA, que proíbe crianças e adolescentes de se hospedarem em hotel ou congêneres desacompanhados dos pais ou não autorizados por eles ou pelo juiz (art. 82), incorrendo o descumpridor da regra na infração administrativa do art. 250 do ECA.

Outro erro apontado reside no fato de que do Conselho Tutelar de Porto Alegre esperava-se que intervisse de modo a proteger João, afastado do convívio familiar por sua própria conduta.

Poderia, como medida emergencial, tê-lo entregado à avó, mas não poderia conceder-lhe guarda, modalidade de colocação em família substituta cuja aplicação é reservada à autoridade judiciária (art. 136, I).

Para entender, basta ver que o art. 136, I indica que o Conselho só pode aplicar as medidas previstas no art. 101, do inciso I ao VII do ECA.

A questão é que guarda é uma forma de colocação em família substituta (art. 33, ECA), estando as formas de colocação em família substituta no art. 101, IX do ECA, isto é, fora do alcance das atribuições do Conselho Tutelar (de exclusividade da autoridade Judiciária), art. 101, IX do ECA.

Outra desconformidade reside no fato de que ainda que tenha o Conselho Tutelar atribuição de aplicar medida de advertência (art. 136, II c/c art. 129, VII do ECA), ela não se dirige a adolescentes pela prática de ato infracional. Caberia ao sistema de justiça juvenil de Curitiba (polícia, Ministério Público, Poder Judiciário), e não ao Conselho Tutelar de Porto Alegre, apurar, processar e sentenciar, se caso, a imputação de furto dirigida ao adolescente (art. 147, § 1º) que se beneficiaria da escusa absolutória, prevista no art. 181, II do Código Penal, para deixar de receber qualquer medida.

Além disso, há desconformidade quanto à adoção. É que a adoção pressupõe a anuência dos detentores do poder familiar ou a perda do poder

familiar, se necessário, por sentença judicial (art. 45, § 1º do ECA). Assim, não basta a suspensão do poder familiar para viabilizar a adoção, sendo necessário pedido cumulado ou autônomo de destituição do poder familiar. É preciso pontuar, ainda, que salvo raríssimas exceções trazidas pela jurisprudência, a avó não pode adotar o neto, face à proibição expressa do art. 42, § 1º do ECA.

Por fim, outra desconformidade esperada reside na remessa dos autos à Vara da Família de Curitiba. Primeiro porque a competência para conhecer pedidos de adoção de criança e adolescente é exclusiva do juízo da infância e juventude (art. 148, III do ECA). Segundo porque, diante dos diversificados critérios do art. 147, firmou-se entendimento, à luz dos princípios que beneficiam os interesses de crianças e adolescentes, de que o juiz do local onde eles estejam vivendo, já de certa forma estabelecidos (juízo imediato), é o competente para melhor conhecer de ações judiciais que o afetem. Portanto, a competência pertencia à Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre.



Célia Domiciano Dantas Montenegro
Presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha dos
Membros do Conselho Tutelar Bayeux/PB